

Considerações sobre o trabalho na atual reestruturação produtiva

César R. S. BOLAÑO

ABSTRACT

This text is to present some ideas developed in different works, since a paper published in 1995, where I proposed the hypothesis that the Third Industrial Revolution is characterized by a complex process of subsumption of intellectual work, linked to a general intellectualization of every traditional work process and consumption. It is due to the development of Information and Communication Technologies. The conventional tools of sociology and economy of work, developed under the called taylorist-fordist period, is unable to comprehend this process. What we face is a rupture that has, at least, the same statute that the two precedent industrial revolutions, defined by Marx in terms of the transition from formal to real subsumption. A more radical hypothesis can put it in terms of the surpassing the old separation between manual and intellectual work, as discussed by Sohn-Rethel, a *sine qua non* condition for surpassing the capitalist mode of production and the construction of socialism.

Key words: Subsumption / Intellectual work / Information and Communication Technologies.

O objetivo deste texto é apresentar um pequeno sumário de idéias presentes em uma série de trabalhos recentes, que desenvolvem, em diferentes âmbitos, a hipótese, levantada em 1995, segundo a qual, a Terceira Revolução Industrial se caracterizaria por um processo complexo de subsunção do trabalho intelectual e de intelectualização geral dos processos de trabalho convencionais e do próprio consumo, sob o influxo das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Como corolário, tornam-se em grande medida obsoletos, os instrumentos convencionais da economia e da sociologia do trabalho, desenvolvidos sob a inspiração do que se convencionou chamar de paradigma taylorista-fordista. Tratar-se-ia, assim, de uma ruptura, no mínimo, da mesma magnitude das duas revoluções industriais anteriores, definidas por Marx com base na idéia de passagem da subsunção formal à real do trabalho no capital. Uma hipótese mais radical sinaliza para a possibilidade de superação da velha divisão entre trabalho manual e intelectual, seguindo a linha de raciocínio de Sohn-Rethel, condição *sine qua non*, segundo o autor, para a superação do modo de produção capitalista e a implantação do socialismo.

A hipótese original estava fortemente inspirada na clássica discussão da Economia Política da Comunicação sobre os limites à subsunção do trabalho cultural. As próprias economia e sociologia do trabalho, ao estudar as mudanças nos processos de trabalho industrial, davam as pistas para a extensão da problemática de uma subsunção do trabalho intelectual, em que o desenvolvimento do *software* cumpriria a mesma função que cumpriu, em Marx, na Primeira

Revolução Industrial, a máquina ferramenta, que materializava o conhecimento extraído da classe trabalhadora artesanal, no período da manufatura, quando se dá o que denomino “acumulação primitiva do conhecimento”. A leitura de Sohn-Rethel, no entanto, levou-me a buscar a mudança muito além dos processos convencionais de trabalho para os quais de alguma forma ainda valem os conceitos de fordismo, toyotismo e quetais, avançando para o esboço de uma Crítica da Economia Política do Conhecimento.

O primeiro trabalho empírico nesse sentido foi sobre o setor das biotecnologias, mais especificamente, o Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo. Mais recentemente, seguindo uma linha de investigação secundária, iniciada com uma pesquisa sobre o setor de saúde em Sergipe, empreendi uma discussão sobre a subsunção do trabalho médico, cujas conclusões são distintas daquelas referentes à análise da economia do conhecimento, como a do PGHC, e (apenas) num certo sentido, vão em direção oposta. É interessante retomar agora a questão.

SUBSUNÇÃO DO TRABALHO E PRODUTIVIDADE

No modo de produção capitalista, o operário, cuja única propriedade é a sua força de trabalho, vê-se obrigado, para atender a suas necessidades, a vendê-la, como mercadoria, ao capitalista que, ao adquiri-la, junto com os meios de produção necessários à consecução do processo de trabalho, torna-se seu legítimo proprietário. Só pela intermediação do capital pode, assim, o trabalhador, exercer sua capacidade de trabalho. Ao adquirir a força de trabalho, o capitalista passa a ter direito também a todo o resultado do processo de trabalho, que se torna processo de valorização do capital, tendo em vista ser, a força de trabalho, uma mercadoria especial, cujo consumo é produtivo. O trabalho em operação produz, durante uma jornada completa, não apenas o valor necessário ao pagamento do salário, mas ainda um valor adicional (mais valia), do qual o capitalista se apropria gratuitamente. É assim que o dinheiro se transforma em capital, valor que se valoriza através da extração de trabalho humano não pago. Esta descrição corresponde à forma do processo e se aplica sempre que ocorra a subsunção do trabalho no capital. Nos termos de Marx,

o processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização (...). o processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia (...) É isto a que denomino subsunção formal do trabalho no capital. É a forma geral de qualquer processo capitalista de produção; é, porém, simultaneamente, uma forma particular em relação ao modo de produção especificamente capitalista desenvolvido, já que o último inclui a primeira, porém a primeira não inclui necessariamente o último.

Isto significa que, sendo a subsunção formal, portanto, a forma geral da exploração capitalista, pode existir também em situações em que o modo de produção não se tornou ainda especificamente capitalista, mas a exploração capitalista já se estabeleceu, como no período manufatureiro. Na manufatura, há subsunção formal, mas não real do trabalho no capital, o que depende da constituição de condições técnicas para que o capital passe a comandar efetivamente o próprio processo de trabalho. Essa condição será cumprida com o desenvolvimento da máquina-ferramenta, elemento chave da passagem à subsunção real, na Primeira Revolução Industrial, a partir da qual se estabelece o modo de produção capitalista estrito senso.

Para que esta passagem se dê, será necessário todo um processo histórico de aprendizado, em que o capital se apropriará do conhecimento gerado pela classe trabalhadora artesanal

e aperfeiçoado na manufatura. Processo de acumulação primitiva de conhecimento, descrito nos chamados capítulos históricos do livro primeiro *d'O Capital*, condição necessária para a implantação do modo de produção capitalista, tão importante quanto a acumulação primitiva do capital, estudada no capítulo 24.

A subsunção real do trabalho no capital, que caracteriza o modo de produção capitalista, envolve uma produção em grande escala. A mudança tecnológica permite aumentar a produtividade do trabalho e a obtenção da mais-valia relativa. O processo de trabalho passa a ser estritamente coletivo, sob o domínio capitalista e com um objetivo comum, e o operário individualmente não é mais o agente real do processo, mas a capacidade de trabalho socialmente combinada, independente da atividade que exerça, desde que contribua para a valorização do capital. Esse é o escopo da definição de trabalho produtivo em Marx, produtivo para o capital. O problema que se nos apresenta é o da produtividade do trabalho em setores em que o processo de exploração adquire feições bastante distintas daquelas do capital industrial tradicional. Marx se refere explicitamente ao tema, ainda no *Capítulo VI Inédito*:

Na produção capitalista, por um lado, a produção dos produtos como mercadorias e, por outro, a forma do trabalho como trabalho assalariado, absolutizam-se. Uma série de funções e atividades envoltas outrora por uma auréola e consideradas como fins em si mesmas, que se exerciam gratuitamente ou eram remuneradas de forma indireta (como na Inglaterra todas as profissões liberais [*professionals*. Ingl.], os médicos, os advogados [*banisters*. Ingl.] etc., que não podiam ou não podem ainda processar ninguém para obter o pagamento dos seus honorários, por um lado transformam-se diretamente em trabalhadores assalariados, por mais diferente que seja o seu conteúdo e o seu pagamento, por outro lado caem –sob a alçada das leis que regulam o preço do trabalho assalariado (...) Ora bem, este fenômeno, o de que com o desenvolvimento da produção capitalista todos os serviços se transformam em trabalho assalariado e todos os seus executantes em assalariados, tendo essa característica em comum com o trabalho produtivo, induz tanto mais em confusão entre uns e outro quanto é um fenômeno característico da produção capitalista e por ela gerado. Além disso, fornece aos apologistas um pretexto para converterem o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, num trabalhador que apenas troca os seus serviços (quer dizer, o seu trabalho enquanto valor de uso) por dinheiro.

Esta, a diferença, explicada páginas antes: trabalho produtivo não é aquele subordinado à relação salarial, mas aquele que produz valor e mais-valia, que participa do “*processo de autovalorização do capital, cujo único instrumento [agency. Ingl.], nele incorporado, é o trabalho vivo. Um soldado é um trabalhador assalariado, recebe um soldo, mas não é por isso trabalhador produtivo*”. Assim, se as atividades dos profissionais liberais passam a ser assalariadas, mas se há apenas troca de serviços por dinheiro, sem exploração do trabalho, elas não produzem mais-valia e, conseqüentemente, não atingem o objetivo de valorização do capital, ou seja, não são produtivas. Marx, mais adiante, dá três exemplos conhecidos, comparando, no primeiro, Milton, que “*produziu o seu Paradise Lost tal como um bicho da seda produz a seda, como manifestação da sua natureza. Mais tarde vendeu o produto por 5 £ e desta sorte converteu-se em comerciante*”, com “o literato proletário de Leipzig”, que produz por encargo de um editor, assumindo uma condição próxima da do trabalhador produtivo, pois sua atividade só é levada a cabo para a valorização do capital. Os outros dois exemplos são ainda mais claros:

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto, é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma contratada por um empresário [*entrepreneur*. Fr.] que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora

produtiva, pois produz diretamente capital. O mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento [*knowledge mongering institution*. Ingl.] é um trabalhador produtivo.

A mensagem é claríssima, mas será nublada na seqüência. Primeiro, afirma Marx, *“mesmo assim, a maior parte desses trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas se submete formalmente ao capital: pertencem às formas de transição”*. Deduz-se da última frase que haveria uma tendência a que todos esses trabalhos se tornassem não simplesmente produtivos, mas realmente subsumidos no capital. Segundo, *“os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores (...) e, embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa da produção capitalista. Por isso, devem-se por de lado esses trabalhos e trata-los somente a propósito do trabalho assalariado que não é simultaneamente produtivo”*.

Esta segunda observação, se válida naquele momento, em que, de fato, os casos citados podiam ser considerados como estatisticamente desprezíveis, foi evidentemente superada diante do avanço do capital sobre o setor de serviços. Em todo caso, a análise de Marx, nas citações anteriores, é perfeitamente atual e correta. O problema mais interessante é aquele posto na primeira observação. Note-se, desde logo, que, dos exemplos citados, deduz-se claramente que não há relação entre a forma da subsunção e o caráter produtivo do trabalho. O problema é saber se a referida tendência de passagem da subsunção formal à real, válida sem dúvida no agregado, ainda que, no caso do atual processo de subsunção do trabalho intelectual, como no do trabalho cultural, a questão dos limites seja fundamental, seria verdadeira para todos os casos individuais ou haveria situações em que, mais do que limites, uma lógica oposta se imporia necessariamente, sem, no entanto, eliminar o caráter capitalista do processo. Parece ser este o caso do trabalho médico.

TRABALHO, CONHECIMENTO E OS LIMITES DO CAPITALISMO

No caso do trabalho científico, não há dúvidas. O conhecimento é amplamente representado, na ciência burguesa da gestão, como um atributo do capital, de uma nova forma de capital, cognitivo, destinado, a revolucionar mais uma vez a produção social, mudar o mundo, colonizar o espaço, explorar o gene. Nova economia, do conhecimento, em que todos os fundamentos do liberalismo ficam provados e comprovados, mas também o seu contrário. Concorrência perfeita na rede mundial de computadores em que se baseia o monopólio global da Microsoft, comunicação por todas as partes para que ninguém se entenda, sobre-informação geral para limitar o acesso à informação e imprimir-lhe um preço... Paradoxo atrás de paradoxo, assim funciona hoje o sistema. O problema é que, supondo provisoriamente que o conhecimento seja de fato uma nova força produtiva, ele apresenta determinadas características que não permitem a sua exploração rentável pelo capital sem a imposição de regras para impedir a sua apropriação coletiva. Nada além do que sempre ocorreu, desde o cercamento das terras prévio à implantação do modo de produção capitalista na Inglaterra.

As cercas de hoje são os direitos de propriedade intelectual, pelos quais se criminaliza o uso do que seria, por sua própria natureza, bem público. A economia (burguesa) do conheci-

mento tem plena consciência do fenômeno e o justifica mesmo, ao reconhecer a necessidade de incitação ao investimento privado na produção de informação e conhecimento, mesmo limitando, necessariamente, o aproveitamento mais econômico das “externalidades positivas” que lhes são inerentes. A pirataria é, portanto, decorrência de um sistema em que o Estado instiu o mercado impedindo a apropriação coletiva da riqueza. Piratas, mafiosos e terroristas sempre existirão como conseqüência da imposição de carências que estimulam o desejo, impulsionam o consumo e garantem, assim, a reprodução ampliada do modo de produção. Todos querem participar do botim, da exploração do trabalho humano.

Trabalho? Sim, ele ainda. Não há outra força produtiva. O conhecimento tácito só existe como atributo do trabalho vivo e o codificado é trabalho morto, plasmado sobre um suporte material e, portanto, transmissível sem a participação do sujeito que o criou. Neste caso, a sua rápida obsolescência relaciona-se ao fato de que cada novo dado ou informação agrega-se ao fundo humano de conhecimento, não desaparece, mas perde-se no interior de vastos bancos de dados, onde perde completamente o valor. Ao contrário do capital constante que conhecemos, cada novo processo de trabalho com conhecimento nutre-se daquele fundo humano e o explora diretamente através da ação do trabalho informacional, como o lenhador que extrai a madeira da mata diretamente, agregando-lhe todo o valor. Assim como a mata não tem valor anterior ao do trabalho do próprio lenhador, também a produção de conhecimento não parte de nenhum valor anterior ao do trabalho informacional e de pesquisa empregado.

Pior, o novo conhecimento produzido perde também, quase imediatamente, o seu valor quando se constitui simplesmente como parte do fundo humano de conhecimento. Assim sendo, a exploração capitalista do trabalho intelectual depende da possibilidade da empresa conservar privadamente, durante algum tempo pelo menos, o novo conhecimento (que, de qualquer forma, já passou a integrar aquele fundo desde que nasceu), dificultando sua comunicação ao público. Esta é a nova lógica do sistema, muito bem compreendida pelos economistas, que, no entanto, não extraem daí todas as conseqüências. Ora, o problema está posto no nível da própria criação do valor, pois, se tomamos um caso qualquer de produção de conhecimento, digamos o estudo de um gene, o resultado de cada processo produtivo nos laboratórios (públicos ou privados) é uma informação, ou um conjunto de informações codificadas, depositadas em bancos de dados, arquivos, bibliotecas. Todo o valor é agregado, a cada vez, pelo trabalho vivo que dispõe do conhecimento tácito necessário à utilização produtiva do conhecimento codificado. Mas, se esse resultado não é uma mercadoria (bem ou serviço), não há como prosseguir uma cadeia de valorização do capital inicialmente investido, na medida em que o valor se perde imediatamente, com a sua divulgação.

A solução seria encontrar uma forma de garantir, durante um tempo, o monopólio privado de um determinado conhecimento capaz de produzir mercadoria. Mas não se pode prever a inovação, e muito menos o momento de surgimento da inovação, no primeiro da série de processos de criação de conhecimento que levarão ao passo final: a implantação em nível social de um novo bem, serviço ou processo produtivo explorado pelo capital individual. Investimento público ou privado é um problema que não interessa agora. O que importa é que o fundo público está sempre profundamente envolvido, sendo na maior parte dos casos a forma fundamental de financiamento do trabalho de pesquisa. Transforma-se, assim, riqueza material (força de trabalho e equipamentos adquiridos com fundo público) em fundo humano de conhecimento, sem nenhum valor, embora disponível, a partir de então, para novas pesquisas e aplicações produtivas por parte da empresa capitalista, das organizações sociais e do Estado.

Só quando o sistema se apropria, assim, do conhecimento produzido ao longo do tempo, quando o valor pode materializar-se num bem ou serviço, é que o trabalho de todos os trabalhadores informacionais e cientistas envolvidos em todos os processos anteriores evidencia-se trabalho produtivo no sentido capitalista do termo. Só no mercado o trabalho humano adquire validade social no capitalismo, mas não na lógica intrínseca da produção acadêmica, empresa humana indispensável à reprodução social muito anteriormente ao próprio capitalismo, sobrevivendo com este, até hoje, como esfera fundamental do processo inovativo. A substituição dessa lógica da produção acadêmica por uma lógica puramente capitalista não seria possível na medida em que, se a inovação pode ou não ocorrer, como pode demorar anos ou séculos até que ocorra, como quantificar esse trabalho intelectual todo? Como remunerar esse fator produtivo? Direitos de propriedade intelectual.

Mas aí já não se trata de exploração capitalista estrito senso, senão de uma lógica rentista em que apenas uma pequena parte do trabalho envolvido, aquele, digamos, seguindo no nosso exemplo, incorporado pela indústria farmacêutica, enquanto que a maior parte, financiada através de fundo público, do Estado ou de fundações etc., incorpora-se ao sistema como trabalho acadêmico ou assemelhado, não sendo remunerado pelo capital. Não se trata, evidentemente, de trabalho improdutivo, posto que faz parte da ampla cadeia produtiva que levou, como se observará sempre *ex post*, à produção da mercadoria. O problema é que a produtividade desse trabalho não pode ser determinada *a priori*, na media em que a própria criação da mercadoria é aleatória, e não pode, ademais, ser quantificada. Não há como quantificar a produtividade do trabalho individual nesses processos que envolvem a constituição de esferas públicas produtivas, compreendendo setores da comunidade acadêmica e empresarial, que compartilham uma linguagem comum e conhecimentos capazes de viabilizar a ação daquele trabalhador individual na mobilização do seu conhecimento tácito.

Toda produtividade é do trabalho coletivo, mas como as relações formais ligadas à apropriação da riqueza no capitalismo liberal remetem sempre ao indivíduo, o capital acabará sempre se apropriando do acréscimo de valor que a constituição do trabalhador coletivo acarreta. Como neste caso não é o capital, mas o Estado, quem adianta o grosso do investimento, a esperteza é obviamente dupla. Assim, uma lógica rentista e especulativa instaura-se no próprio âmago da produção capitalista nesta chamada Economia do Conhecimento, instaurada pela Terceira Revolução Industrial.

A EXCEÇÃO DO TRABALHO MÉDICO

No caso dos serviços de saúde, dadas as especificidades do trabalho médico, formas artesanais de organização da produção subsistem, integram-se no capital e contribuem para o seu processo de valorização. Trata-se, em todo caso, de uma lógica híbrida, como ocorre com outros setores da Economia do Conhecimento, as quais levantam o problema crucial de quantificação do valor, ligado à socialização da produção, sugerindo a existência empírica de limites à expansão da forma mercadoria, como apontado no item anterior. Neste caso, no entanto, a organização do conjunto do sistema parece indicar, não um impasse, ou perplexidade, mas a constituição de um tipo particular de organização capitalista, um modo de regulação particular, se se preferir, tornado possível, justamente, pela incorporação da lógica corporativa do trabalho artesanal.

Não apenas o desenvolvimento de tecnologias de ponta com determinadas características (que não permitem a superação das especialidades e ofícios particulares, e do trabalho individual, mas o contrário) concorre para esse resultado. É fundamental também a participação do Estado e do capital financeiro. O setor público atua para a superação dos gargalos na prestação de assistência à saúde, investindo em inovação (que tem altos custos e retornos incertos e não necessariamente apropriáveis) e promovendo ações de menor complexidade, com menor valor agregado, além de atender aos que, pela lógica privada, não teriam acesso ao sistema.

O setor de saúde, na atualidade, por outra parte, apresenta uma significativa complexidade, com o encolhimento e sucateamento da atenção pública e a proliferação de empresas de intermediação de serviços de saúde, como empresas de medicina de grupo, autogestão, planos administrados, cooperativas médicas e seguradoras. Constitui-se, assim, para além do “complexo médico-industrial”, um “complexo médico-financeiro”, reforçando a tendência geral do capitalismo contemporâneo à financeirização, mas, neste caso, com implicações produtivas, valendo aparentemente, em boa medida, o conceito clássico de capital financeiro, bancário-industrial, de Hilferding. Isto porque, ao contrário da pesquisa científica de base em setores *market oriented*, como o das biotecnologias, em que a hibridação de lógicas (mercantil-acadêmica) aponta para a incorporação ao próprio processo de produção do valor de uma lógica especulativa e rentista, no caso em exame, a hibridação (artesanal-capitalista) aponta para a constituição de uma dinâmica tipicamente industrial, ainda que predominantemente financeira.

NOVAS QUESTÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O TRABALHO CULTURAL.

Não é possível, nos limites deste trabalho, retomar, em toda sua complexidade, a problemática do setor de serviços de saúde. Explicita-se, em todo caso, com o que foi dito, a existência de dois paradigmas distintos que convivem na chamada Economia do Conhecimento: aquela representada pelos serviços médicos, mais próxima de uma lógica de produção industrial – ainda que em geral avessa às noções convencionais da economia e da sociologia do trabalho e subordinada, em nível macro-econômico, à lógica global da financeirização – e a da produção de conhecimento científico, dominada por uma lógica rentista, intrinsecamente especulativa. Evidencia-se, assim, o que poderia parecer paradoxal para alguns: o setor de serviços (médicos) opera claramente de acordo com uma lógica industrial produtiva (ainda que a subsunção seja em geral apenas formal, ao menos no que se refere a amplos setores do trabalho médico), enquanto que a indústria (farmacêutica, por exemplo, na ótica da articulação entre produção científica, financiada por fundo público, e desenvolvimento de soluções de mercado) apresenta uma feição claramente parasitária, protegida por patentes que lhe garantem a apropriação rentista de uma parte do produto social e limitam o acesso público àquilo que foi produzido essencialmente à base da pesquisa financiada por aquele fundo público.

Seria interessante, agora, voltar ao nosso ponto de partida: o trabalho cultural, exemplo precoce de subsunção do trabalho intelectual, a partir do desenvolvimento das indústrias da cultura e da comunicação ao longo de todo o século XX. De qual desses dois paradigmas a produção cultural industrializada se aproximaria? A resposta não é simples e não poderá ser dada nos limites deste trabalho. Algumas pistas, não obstante, podem ser dadas. Em primeiro lugar, seria interessante remeter a questão àquilo que a economia francesa da comunicação e da cultura tem chamado de “lógicas sociais”. Estariam os setores de edição mais próximos de

uma lógica industrial que os de onda? Seria válida ainda aquela classificação ou teríamos que traçar uma nova taxonomia, mais adequada ao tratamento do tema que nos interessa? A importância crescente da negociação de formatos, em nível global, na televisão, por exemplo, aponta certamente para uma lógica próxima à da produção de conhecimento e do rentismo, mas a importância do trabalho cultural no desenvolvimento efetivo dos programas, re-insere a questão no interior da problemática convencional da economia da comunicação e da cultura.

Outro aspecto de interesse se refere a uma característica essencial da produção acadêmica na sua articulação com o capitalismo industrial: a constituição de esferas públicas produtivas, estruturadas sobre a base de uma linguagem e códigos comuns mais ou menos amplas, dependendo da área específica, em que o diálogo industrial-acadêmico se dá. É este o modelo econômico emergente de articulação entre Estado e empresa, através dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação. Os debates sobre a cultura passam ao largo de conceitos cruciais para o desenvolvimento econômico hoje, boa parte deles de extração neo-schumpeteriana, como os de externalidades, aprendizado, apropriabilidade. Tenho insistido, por exemplo, em que a extrema concentração (do capital e do conhecimento) no mercado brasileiro de televisão, se aumentou historicamente a competitividade da empresa líder, inclusive em nível internacional, reduz radicalmente a competitividade sistêmica do país na área. Isto exigiria uma política industrial para o audiovisual que considerasse a cultura efetivamente como conhecimento, no sentido econômico do termo.

Finalmente, e este talvez seja o aspecto central, é preciso propor novamente a questão da cultura nos marcos de uma economia do tempo livre. Trata-se de uma velha discussão, que deveria ser retomada num momento em que as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho parecem borrar-se, dando margem a interpretações muitas vezes estapafúrdias a respeito da famosa *time-space compression*, de Marx, que Harvey teve o mérito de ressaltar. Todo o debate pós-modernista sobre o tele-trabalho, assim como a idéia de uma economia do ócio liberal, que fazem tanto sucesso entre os executivos quanto seus manuais de auto-ajuda e estratégias militares, fazem parte de uma *démarche* ideológica de grandes proporções que mascara o verdadeiro sentido da sociedade de controle em que o capitalismo nos meteu: guerra contra o terror, pirataria, globalização do crime organizado, violência, exclusão. Nessas condições, a nova esfera pública do capitalismo global, centrada mais no computador e na internet que na TV de massa, como no passado recente, dá à população integrada –a qual deixa, candidamente, suas energias mentais serem sugadas pelo capital monopolista, rejeitando de passo, por ultrapassado, o paradigma da luta de classes e a centralidade do trabalho–, uma sensação de atividade e participação, inclusive social –no engajamento da juventude em micro-programas voluntários de inclusão digital, por exemplo. Assim, a caridade acalma a consciência, enquanto o consumo de *gadgets* sofisticados, cada vez mais diversificados, compensa o crescimento da insegurança e do risco.

Em certa ocasião, afirmei que seria preciso garantir a auto-gestão do tempo livre, contra a gestão capitalista do mesmo, realizada pela Indústria Cultural. Hoje seria preciso acrescentar que essa auto-gestão não poderia ser individual, pois isso a esfera pública privatizada das redes telemáticas, amplamente orientadas por interesses mercantis, já oferece. De fato, elas funcionam constituindo comunidades virtuais cuja dinâmica não é muito diferente das comunidades produtivas da nova economia do conhecimento, servindo, na verdade, para a formação dos jovens trabalhadores intelectualizados, que se divertem com o mesmo instrumento que serve (ou servirá) para a exploração da sua força de trabalho. É claro que o próprio instrumento apresenta

um potencial transformador (e isso não é novo), passível de utilização num processo de emancipação social. Mas isso só será possível coletivamente, a partir da sua identidade de classe. A outra alternativa é o capitalismo e a barbárie.

